



TERAPIA OCUPACIONAL E SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: SUPORTE AOS TRABALHADORES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

*OCCUPATIONAL THERAPY AND UNIFIED SOCIAL ASSISTANCE SYSTEM: WORKERS SUPPORT ACTIONS
DURING THE COVID-19 PANDEMIC*

Diego Eugênio Roquette Godoy Almeida - Professor Doutor, Coordenador do Laboratório de Práticas Emancipatórias e Territoriais - Curso de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina - UFPel - Universidade Federal de Pelotas - Av. Duque de Caxias 250, CEP 96030-000, Pelotas, Rio Grande do Sul - Brasil. E-mail: diego.godoy@yahoo.com.br

Renata Silva e Silva - Graduanda do Curso de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina - UFPel - Universidade Federal de Pelotas - Av. Duque de Caxias 250, CEP 96030-000, Pelotas, Rio Grande do Sul - Brasil.

Gabriel Benaventana Santos - Bolsista e graduando do Curso de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina - UFPel - Universidade Federal de Pelotas - Av. Duque de Caxias 250, CEP 96030-000, Pelotas, Rio Grande do Sul - Brasil.

Luciana Cordeiro - Professora Doutora, Coordenador do Laboratório de Práticas Emancipatórias e Territoriais - Curso de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina - UFPel - Universidade Federal de Pelotas - Av. Duque de Caxias 250, CEP 96030-000, Pelotas, Rio Grande do Sul - Brasil.

Giulia Duarte dos Santos - Graduanda do Curso de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina - UFPel - Universidade Federal de Pelotas - Av. Duque de Caxias 250, CEP 96030-000, Pelotas, Rio Grande do Sul - Brasil.

RESUMO

A Pandemia da COVID-19 agravou a situação pela qual o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) já vinha passando nos últimos anos, exigindo dos profissionais, do poder público e dos usuários necessária mobilização para garantia dos direitos conquistados. Com base nisso, O Laboratório de Práticas Emancipatórias e Territoriais (LAPET) propôs um projeto formativo piloto com os trabalhadores de um Centro de Referência da Assistência Social que compõem a Proteção Social Básica no município de Pelotas durante a pandemia. Para tanto, foram realizadas quatro Oficinas Emancipatórias semanais na modalidade virtual, somadas às intervenções grupais pelo *WhatsApp* e entrevistas individuais por telefone. Os resultados preliminares apontaram a relevância do tónus moral, inerente à luta pelo reconhecimento público das ações e programas desenvolvidos naquele CRAS, contradições inerentes à Assistência Social no Brasil, burocracias/ideologias que enfraquecem a finalidade emancipatória do trabalho, e o imperativo de se criarem ferramentas de trabalho coletivas e intersetoriais. Além disso, por se tratar de experiência piloto, necessidades de ajustes metodológicos foram problematizadas, destacando os limites e possibilidades das intervenções mediadas por plataformas digitais.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Assistência social. Proteção social básica. Oficinas. Emancipação.

ABSTRACT

COVID-19 pandemic aggravated the Unified Social Assistance System situation in which workers, public powers, and population were mobilized to guarantee achieved rights. The Territorial and Emancipatory Practices Lab (LAPET) developed a pilot training with Basic Social Protection's unity workers of Pelotas city. The process was conducted through four virtual emancipatory workshops, Whatsapp group interventions, and individual telephone interviews. Preliminary results show relevant moral aspects inherent to the struggle for public acknowledgement of the unit's programs and actions, to the Brazilian Social Assistance contradictions, bureaucracies/ideologies that weaken the work's emancipatory purpose, and the necessity to create collective and intersectoral work tools. As this is a pilot experience we problematize methodological adjustments and highlight the limits and possibilities of interventions mediated by digital platforms.

Keywords: Occupational Therapy. Social assistance. Basic social protection. Workshops. Emancipation.

INTRODUÇÃO

O Laboratório de Práticas Emancipatórias e Territoriais (LAPET) do curso de Terapia Ocupacional (UFPel) trabalha integrando ensino, pesquisa e extensão, pautando-se no pensamento crítico e em metodologias participativas, desde janeiro de 2019. Historicamente, terapeutas ocupacionais têm importante contribuição na Assistência Social brasileira, porém, apenas em 2011, a profissão foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como uma das categorias habilitadas a atuar nas equipes de referência e/ou na gestão dos serviços socioassistenciais que compõem o Sistema Único de Assistência Social — SUAS (Oliveira; Pinho; Malfitano, 2019). Cientes da necessidade de garantir direitos populacionais e colaborar com o fortalecimento do SUAS também em Pelotas, os docentes que integram o LAPET firmaram parcerias importantes com os Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município.

Os CRAS são equipamentos da Proteção Social Básica (PSB) da Assistência Social, de base territorial e preventivo, que assistem famílias e indivíduos

“em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (PNAS, 2004, p. 33).

Na PSB, funcionam os Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas (CNAS, 2009). O município de Pelotas conta com seis CRAS que atendem a população adstrita aos territórios Três Vendas, Areal, Fragata, São Gonçalo, Centro e Z3.

No que concerne aos desafios gerais da Assistência Social durante e após a pandemia, profissionais, poder público e usuários estão se mobilizando para garantir a manutenção dos serviços socioassistenciais. O Ministério da Cidadania propôs o Auxílio Emergencial, benefício que varia de R\$ 600 a R\$ 1.800, criado para oferecer renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável (BRASIL, 2020). Além desse, outros programas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família, foram afrouxados em seus critérios a fim de evitar eventuais descoberturas. Outros problemas surgiram, decorrentes das barreiras de acesso digital relacionadas à desatualização das bases de dados governamentais

e ausência de transparência pública, fatos esses que denotam o quanto as políticas sociais carecem de investimento e avanço (BARTHOLO, 2020). Segundo Carolina Stuchi (2020), o futuro da Assistência Social depende da disputa sobre o que seria um Estado Democrático de Direito. De um lado, estariam os que defendem o Estado Mínimo advogam por uma Assistência Social restrita às ações emergenciais; por outro, estão aqueles que clamam pelo Estado de Bem Estar Social, tendo na assistência social um direito fundamentado no valor da dignidade humana. O choque entre interesses de classe fica evidente na arena política onde se definem as condições de enfrentamento da crise social agravada pela agenda de reformas trabalhistas e previdenciárias, do teto de gastos públicos previsto pela EC-95 e do descumprimento dos deveres orçamentários da União nos últimos anos (STUCHI, 2020).

Fala-se em disputa posto que, pelas lentes do Materialismo Histórico, não há progresso natural, linear e sem contradições. Benjamin (1987 [1940]) em “Teses sobre o Conceito de História”, diz: “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral”. Partindo dessa premissa analítica, o *exceptio* da pandemia revelaria a soberania: da lógica mercadológica em detrimento da vida digna; da colonialidade (racismo e sexismo institucionalizados pela necropolítica (MBEMBE, 2017) refletida no aumento dos índices de violência doméstica, na invasão de terras indígenas, na exclusão digital nas escolas e no trabalho precário do proletário da população preta-pobre (BARDI *et al.*, 2020); dos saberes médicos prescritivos (lavem as mãos) que ignoram a determinação social da saúde; da destrutividade do agronegócio, responsável em grande parte pelas mudanças climáticas e surgimento de zoonoses, como o coronavírus (ZIZEK, 2020).

Levando-se em conta o desinvestimento nas políticas sociais, a desproteção social inerente ao Estado mínimo e a condição de vulnerabilidade - entendida aqui como marca da precarização dos vínculos de trabalho, fragilização da rede social de suporte (CASTEL, 2010) agravada pela pandemia da COVID-19 - o LAPET propôs o projeto unificado¹ com o objetivo de fornecer suporte sócio-ocupacional aos trabalhadores do SUAS. Este relatório, portanto, traz informações preliminares sobre a experimentação metodológica de um trabalho remoto, deixando evidente a necessidade de se pensar tecnologias sociais comprometidas com as políticas sociais.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto trata-se de uma abordagem participante, integrando propósitos extensionistas e de pesquisa. Segundo Brandão e Borges (2007), a pesquisa participante é um processo de ação social, que traz em si dinamicidade e a construção de teorias a partir de ciclos de reflexão crítica acerca da realidade histórica concreta dos participantes individuais e coletivos. O envolvimento do pesquisador com o campo é prerrogativa, reconhecendo nisso a condicionalidade da produção de conhecimento. Sendo assim, busca-se o engajamento crescente de todos, tendo nos mecanismos de participação um importante elemento de análise metodológica. Outro aspecto importante é a epistemologia crítica norteadora das ações, fazendo da pesquisa um processo educativo dirigido à transformação social e formação política (SOARES *et al.*, 2019).

Como instrumento pedagógico, optou-se pelas Oficinas Emancipatórias (OE), modalidade de tecnologia socioeducativa que facilita a exposição e compreensão das contradições sociais, buscando alcançar a crítica acerca das práticas sociais, objeto da investigação. Os encontros dialógicos propostos acabam por desfazer opiniões e práticas ideológicas e reiterativas nos

¹ “Terapia Ocupacional na Proteção Social Básica: a efetividade das Oficinas Emancipatórias no enfrentamento à COVID-19”

processos reflexivos quando se problematiza os fenômenos, levando à mudança e/ou à complexificação de suas explicações, o que potencialmente, poderá transformar a prática social dos participantes (SOARES *et al.*, 2019; SOARES *et al.*, 2018).

PARTICIPANTES

Foram convidados a participar da pesquisa os profissionais de um determinado Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Pelotas, entre os quais estão Assistentes Sociais, Psicólogas, Educadoras Sociais, Auxiliar de Limpeza e Oficial Administrativo.

PROCEDIMENTOS

Foram realizadas quatro OE's na modalidade virtual com a equipe do CRAS. A periodicidade dos encontros foi semanal, conforme disponibilidade apontada pelos participantes. Os trabalhadores utilizaram seus próprios equipamentos de comunicação e informação (computador com câmera ou smartphone e acesso à internet). Os encontros virtuais tiveram duração de uma hora e as oficinas foram gravadas para facilitar posterior análise. Além disso, lançou-se mão de intervenções pelo *WhatsApp* e entrevistas individuais por telefone, a fim de colher dados biográficos úteis à compreensão singular e coletiva do trabalho.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Considerou-se que a participação nas OE's poderia trazer desconfortos de ordem emocional aos participantes, dada a situação dos trabalhadores que estão na linha de frente do combate à COVID-19 (BROOKS *et al.*, 2020; INCHAUSTI *et al.*, 2020). Aqueles que demonstrassem ou referissem desconfortos, seriam encaminhados aos grupos de escuta virtuais voltados para o acolhimento, coordenados por servidores da UFPEL.

PRODUTO DAS OFICINAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar na Proteção Social Básica, o que os trabalhadores trouxeram como demanda na primeira OE foram perguntas sobre o futuro. Como retomar os atendimentos presenciais? Como ampliar os direitos de acesso, o convívio e o fortalecimento de vínculos? Como evitar o represamento de benefícios monetários tendo em vista o aumento de contingente desempregado e os problemas de acesso às tecnologias? Como estabelecer o teletrabalho? Como evitar e coibir a violência doméstica agravada pelo isolamento físico?

O segundo e terceiro encontro foram destinados ao aprofundamento nas problemáticas levantadas, transformando demandas em necessidades, posto que a problematização inicial (o que fazer?) e a instrumentalização (como fazer?) ocorrem como produto cognitivo da desnaturalização da realidade social (LEONTIEV, 1978). Tal processo, obviamente, não acontece sem resistências. Algumas trabalhadoras optaram por não comparecer, outras afirmaram necessitar de cuidados clínico-terapêuticos no *stricto sensu*, em clara tendência de individualizar questões que eram coletivas e relacionadas aos processos de trabalho.

Boa parte do tempo foi dedicada à repactuação dos objetivos, delimitação metodológica e, ao fim, o grupo identificou a necessidade de serem reconhecidos pelo trabalho. Embora, oficialmente, se colocassem como profissionais essenciais na pandemia, sentiam a ameaça da descaracterização das práticas pela redução do trabalho à entrega de cestas básicas.

Como fruto concreto desta experiência, elegeu-se a tarefa de redigir uma grande nota informativa escrita coletivamente por meio do grupo de *WhatsApp*. Esse texto foi midiaticizado em canais virtuais aos quais os colaboradores do LAPET têm acesso, tais como os perfis do *Instagram* e *Facebook* do laboratório e as redes da UFPel. A nota foi o produto material do conhecimento produzido, trazendo em si tópicos para a avaliação do processo, quais sejam: o tônus moral inerente à luta pelo reconhecimento público das ações e programas desenvolvidos naquele CRAS; contradições inerentes à Assistência Social no Brasil; burocracias/ideologias que enfraquecem a finalidade emancipatória do trabalho, bem como a criação de novas ferramentas (principalmente as de caráter coletivo e intersetorial).

Reitera-se a potencialidade de produção de conhecimentos e transformação das práticas sociais desenvolvidas nas unidades de proteção básica da Assistência Social, bem como maior coerência entre a equipe dos CRAS, fomentada pela reflexão acerca dos processos de trabalho. Contudo, a experiência deixou algumas lições importantes que serão aproveitadas para os próximos ciclos de ações com os outros CRAS:

a) o curto período das OE's é insuficiente para intervir em situações mais complexas. Lidar com as resistências esperadas e ao mesmo tempo fabricar cuidadosamente uma necessidade (tratamento teórico-prático de um problema) foi um importante desafio;

b) os limites comunicacionais das plataformas digitais dificultaram o engajamento das participantes e as trocas ocorridas pelo *WhatsApp* não ultrapassaram a função informativa, exceto durante a escrita da nota coletiva. Esperava-se que o aplicativo fosse usado para partilha de vídeos, imagens, relatos cotidianos, músicas etc., criando transversalidade no processo grupal. No entanto, esse conteúdo foi disparado somente pela equipe extensionista, sem produzir envolvimento;

c) o “trabalho” como categoria analítica aplicada destacadamente mostrou-se insuficiente, o que levou ao enriquecimento metodológico pela Socioanálise de Lapassade (1977) e Lourau (1975), possibilitando a análise da produção subjetiva acionada pela burocracia e ideologias mediadas pelas instituições e a consequente expropriação do significado da atividade humana, bem como os novos arranjos instituintes. Com efeito, optou-se pelo uso mais intensivo das informações biográficas nas experiências futuras com os outros CRAS, considerando a riqueza de experiências que se entrecruzam no plano coletivo. Notou-se a força estruturante do sexismo, racismo, ao lado da naturalização da opressão de classe, cristalizada em entendimentos e ações que impossibilitam experiências de teor emancipatório.

Considerando a possibilidade de registro e análise das condições de trabalho e produção subjetiva na pandemia, é intenção do LAPET dar continuidade à parceria estabelecida com a Assistência Social do município de Pelotas. Em breve, espera-se publicar com minúcias o mapeamento dos problemas das trabalhadoras da proteção social básica, os avanços metodológicos provocados pela presente experiência, bem como reflexões sobre as tecnologias de informação a serviço da pesquisa participante.

REFERÊNCIAS

BARDI, G. *et al.* Pandemia, desigualdade social e necropolítica no Brasil: reflexões a partir da terapia ocupacional social. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO**, v. 4, n. 3, p. 496-508, 2020.

BARTHOLO, Letícia. **Webinário #5 | Covid-19 e os desafios da assistência social**. 2020. 1 vídeo (100 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2YKC78G3-iw&feature=youtu.be>. Acesso em: 17 jun. 2020.

- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. Pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 50-62, 2007.
- BRASIL, Ministério da Cidadania. Gabinete do Ministro. Portaria nº 351, de 7 de abril de 2020. Regulamenta os procedimentos de que trata o Decreto nº 10.316/2020, a respeito do Auxílio Emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. In: **Diário Oficial da União**. Brasília, 2020.
- BROOKS, S. K. *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **SSRN Electronic Journal**, 2020.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2010.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº. 109 de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2009.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº. 145 de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2005.
- INCHAUSTI, F. *et al.* Psychological interventions and the Covid-19 pandemic. [S. l.], **PsyArXiv**, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://osf.io/8svfa>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- LAPASSADE, G. Grupos, organizações e instituições. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LOURAU, René. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **arte e ensaios**, v. 2, n. 32, 2017.
- OLIVEIRA, M. L.; PINHO, R. J.; MALFITANO, A. P. S. O cenário da inserção dos terapeutas ocupacionais no Sistema Único de Assistência Social: registros oficiais sobre o nosso percurso. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 4, p. 828-842, 2019.
- SOARES, C. B. *et al.* Pesquisa-ação emancipatória: metodologia coerente com o materialismo histórico e dialético. In: TOLEDO, R. F. *et al.* (org.). **Pesquisa Participativa em Saúde**: vertentes e veredas. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018, p. 152-165.
- SOARES, C. B. *et al.* Oficinas emancipatórias como instrumento de formação em saúde coletiva para o cuidado à família. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 8., 2019, Lisboa. **Atas CIAIQ2019**. Aveiro: Ludomédia, 2019. v. 2. p. 435-443.
- STUCHI, Carolina. **Webinário #5 | Covid-19 e os desafios da assistência social**, 2020. 1 vídeo (100 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2YKC78G3-iw&feature=youtu.be>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- ZIZEK, Slavoj. **Pandemia**: Covid 19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

Data de recebimento: 18/08/2020

Data de aceite para publicação: 05/11/2020